

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO Nº : 10711-004488/90-57  
SESSÃO DE : 24 de novembro de 1994  
ACÓRDÃO Nº : 301-27.725  
RECURSO Nº : 116.517  
RECORRENTE : S/A AGÊNCIA MARÍTIMA MAUÁ  
RECORRIDA : ALF - PORTO - RJ

Verificado o cerceamento do direito de defesa, anulou-se o processo, por infringência ao art. 17, parágrafo único do Decreto nº 70.235/72.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em anular o processo por cerceamento do direito de defesa, vencido o conselheiro Ronaldo Lindimar José Marton, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 24 de novembro de 1994

  
MOACYR ELOY DE MEDEIROS  
Presidente e Relator "ad hoc"

  
LUCIANA CCRTEZ RORIZ PONTES  
PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL

02 DEZ 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO, MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO e ISALBERTO ZAVÃO LIMA. Ausentes os Conselheiros JOÃO BAPTISTA MOREIRA e MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 116.517  
ACÓRDÃO N° : 301-27.725  
RECORRENTE : S/A AGÊNCIA MARÍTIMA MAUÁ  
RECORRIDA : ALF - PORTO - RJ  
RELATOR "AD HOC" : MOACYR ELOY DE MEDEIROS

**RELATÓRIO E VOTO**

Recorre a empresa em epígrafe de decisão que manteve a exigência do pagamento do crédito tributário referente a tributos e multa, por avaria apurada pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro.

Verificado que no julgamento não foram atendidas as solicitações da diligências requeridas pela suplicante, voto pela anulação do processo por cerceamento do direito de defesa.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1994

MOACYR ELOY DE MEDEIROS - RELATOR "AD HOC"